

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

PROJETO DE LEI Nº 4643/2012

Autoriza a criação de Fundo Patrimonial (endowment fund) nas instituições federais de ensino superior.

Autora: Deputada BRUNA FURLAN

Relatora: Deputada SORAYA SANTOS

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em análise, de autoria da Dep. Bruna Furlan, propõe autorizar a criação de Fundos Patrimoniais nas instituições federais de ensino superior concedendo benefícios fiscais para as pessoas físicas e jurídicas que tenham interesse em fazer doações como forma de apoio às instituições da rede federal de educação superior.

O regime proposto é desenhado com o viés de incentivo por meio de dedução no imposto de doadores, contudo busca resguardar o superávit das contas públicas, sem alterar os limites já estabelecidos na legislação pertinente.

Inicialmente enviada para Comissão de Educação, a matéria – em regime de tramitação ordinária e sujeita à apreciação conclusiva pelas

Comissões - foi aprovada com a adoção de duas emendas. A primeira emenda visa aprimorar a redação do parágrafo único do art. 9º, sem, contudo, alterar-lhe o conteúdo. Já a segunda emenda inclui dispositivo com o intuito de permitir que as doações possam ser direcionadas para setores ou atividades universitárias a critério do doador.

A esta Comissão de Finanças e Tributação, cabe a análise da compatibilidade e adequação orçamentária e financeira, bem como do mérito, constando não terem sido apresentadas emendas no prazo regimental.

A última etapa, na Casa, será a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A apreciação nesta Comissão de Finanças e Tributação é de mérito e terminativo em relação à adequação financeira ou orçamentária da proposição.

Não foram apresentadas emendas no prazo regimental nesta Comissão. É o Relatório.

II – VOTO DA RELATORA

O tema objeto da proposta tem repercussão relevante para a sustentabilidade econômica das instituições de educação superior e pesquisa do país, que enfrentam desafios para custear o avanço necessário para um desenvolvimento vigoroso da sua estrutura de ensino, pesquisa e extensão.

A proposta original deste projeto de lei prevê que os fundos patrimoniais poderiam ser criados para apoiar instituição federal de ensino superior, dotados de personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com vistas a receber e administrar os recursos provenientes de doações de pessoas físicas e jurídicas.

Sua estrutura conta com conselho de administração responsável por sua gestão, e conselho de investimento, responsável por subsidiar a criação da política de aplicação dos recursos, a fim de garantir sustentabilidade financeira de longo prazo, bem como transparência para os doadores.

O levantamento do tema na pauta do Congresso Nacional representa uma oportunidade para a criação de mecanismos de apoio e fomento das instituições nacionais de ensino e pesquisa, especialmente relevante diante do atual cenário de contingenciamento de gastos públicos.

III – MÉRITO

Tendo em vista as implicações que decorrem da natureza jurídica do instituto a ser criado, propõe-se alterar o art. 1º para já prever que os fundos patrimoniais serão dotados de personalidade jurídica de direito privado. O texto original trazia previsão semelhante em seu art. 2º, contudo essa caracterização é de suma importância para que as doações não sejam tratadas como receita pública. Caso os fundos possuam natureza jurídica de direito público, as doações deveriam encontrar previsão no orçamento governamental, respeitando limites orçamentários, entre outros ritos e procedimentos próprios das finanças públicas.

Ainda no art. 1º, cabe destacar a inclusão dos institutos federais de educação, das instituições científicas, tecnológicas (ICTs) e de inovação públicas (definidas na Lei nº 10.973/2004) e das instituições comunitárias como autorizadas a instituir fundos patrimoniais. Uma vez que a rede federal de educação profissional e tecnológica, assim como os ICTs respondem por parte significativa da produção nacional em pesquisa e inovação, deixá-las fora do campo de abrangência do projeto significa um importante esvaziamento de seu potencial impacto para o fomento desses campos, que estão no cerne dos propósitos que orientam a propositura.

Formação, preservação e segregação de patrimônio

A proposta define os tipos de bens que poderão compor o patrimônio dos fundos patrimoniais, estipulando a necessária segregação entre este e o patrimônio das instituições a que se vinculam. Nessa esteira, são previstas restrições para o recebimento de gravames, ônus ou encargos sobre os bens e direitos que o integram. Tais medidas buscam garantir a preservação desses fundos e evitar que venham a receber destinação distinta das finalidades para que se criaram.

Com vistas a garantir a sua preservação e rentabilidade, os fundos devem ser geridos e aplicados em consonância com uma política de investimentos, executada por seu conselho de investimento formado por especialistas com notório conhecimento ou experiência no mercado de capitais.

As normas e diretrizes da política de investimentos devem ser alinhadas, no que couber, às regras dos fundos de investimentos existentes no mercado quanto à proteção da rentabilidade, segurança e liquidez das aplicações. Essa previsão de estrutura e regras visa assegurar que os fundos se tornem fonte regular e estável de recursos para as instituições a que se vinculam. Ainda no sentido de consolidar a segregação patrimonial, fica vedada a transferência de titularidade de recursos da União e outros instituidores públicos para os fundos.

São admitidos como recursos do fundo as dotações iniciais e os rendimentos de sua aplicação, admitidas doações com cláusulas relativas a termo, condições e encargo. Em todo caso, não se admite doação com cláusula de inalienabilidade, tendo em vista o propósito de que os recursos tenham liquidez e não se imponham condições que dificultem sua aplicação para fins de investimento que capitalize o fundo.

Transparência

Uma vez que os fundos patrimoniais servirão como mecanismos de apoio e fomento vinculados a instituições públicas, buscou-se incorporar ao texto regras voltadas a garantir transparência na gestão de seus recursos. Nesse sentido, o texto aqui proposto determina a adoção de medidas como a divulgação de relatório de gestão, bem como a escrituração digital e uso de normas contábeis em consonância com as diretrizes e sistemas públicos que regem os atos. Estabelece ainda que as demonstrações financeiras de fundos com patrimônio superior a R\$ 20 milhões sejam avaliadas por auditores independentes.

Incentivo fiscal

Um aspecto de fundamental importância para o sucesso do modelo proposto consiste na previsão de incentivos fiscais para os fundos, a fim de incentivar as doações com base na possibilidade de dedução no imposto de renda.

Dessa forma, o substitutivo apresentado prevê, a partir de 2021, a possibilidade de dedução do imposto apurado na Declaração de Ajuste Anual para as doações feitas no ano calendário anterior, realizadas por pessoas físicas e jurídicas para fundos patrimoniais constituídos pelas instituições apoiadas, conforme previsto no artigo 1º.

Como na previsão dos textos anteriores, a dedução para pessoa física fica mantida no mesmo limite de 6% (seis por cento) do imposto devido na Declaração de Ajuste Anual hoje em vigor, junto com as deduções de que trata o art. 22 da Lei 9.532/1997.

Também para a pessoa jurídica manteve-se a dedução do imposto de renda das pessoas jurídicas, até o limite de 2% (dois por cento) do lucro operacional) bem como da contribuição social sobre o lucro líquido, antes

COMISSÃO DE FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 4.643/2012

Autoriza a criação de Fundo Patrimonial (endowment fund) nas instituições federais de ensino superior.

O Congresso Nacional decreta:

Capítulo I

DOS FUNDOS PATRIMONIAIS

Art. 1º As instituições públicas de ensino superior, os institutos federais de educação, as instituições comunitárias de ensino superior e as instituições científicas, tecnológicas e de inovação públicas de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, poderão instituir fundos patrimoniais vinculados, com personalidade jurídica de direito privado, com o propósito único de arrecadar, gerir e destinar doações de pessoas físicas e jurídicas.

§ 1º Para efeitos desta Lei, denomina-se como instituidora a entidade entre as previstas no caput, à qual o fundo patrimonial está vinculado.

§ 2º Aplica-se as disposições desta Lei, no que couber, às instituições de educação superior não governamentais, confessionais, filantrópicas ou comunitárias com experiência na área educacional mínima de 30 (trinta) anos.

Art. 2º Os fundos patrimoniais instituídos na forma desta lei constituirão poupança de longo prazo, a ser investida com objetivos de

preservação de valor e de geração de receita, tornando-se fonte regular e estável de recursos para as instituições a que se vinculam.

Seção I

Da Constituição do Fundo Patrimonial

Art. 3º A constituição de fundo patrimonial será precedida de realização de reunião preliminar.

§ 1º A autoridade máxima do instituidor presidirá a reunião, escolhendo, entre os presentes, o secretário, a quem incumbirá a lavratura da ata e demais atos de formalização.

§ 2º A ata da reunião preliminar constitui deverá prever:

I – a data, o horário e o local da realização da reunião;

II – a pauta de deliberação;

III – os dados de identificação dos interessados em contribuir para a dotação inicial do fundo patrimonial vinculado, bem como a discriminação dos respectivos bens, direitos e valores oferecidos em dotação inicial;

IV – as assinaturas do presidente, do secretário e de todos os interessados em contribuir para a dotação inicial prevista no inciso III;

Art. 4º O ato constitutivo de cada fundo patrimonial instituído nos termos desta Lei deverá dispor sobre:

I – a denominação;

II – a sede;

III – a qualificação da instituição instituidora;

IV – as finalidades a que se destina o fundo, considerando o escopo de atuação da instituidora;

V – as regras de composição, funcionamento e competências dos órgãos que o compõem, bem como a forma de eleição ou de indicação dos respectivos membros e representação do fundo patrimonial;

VI – o Conselho de Administração;

VII – o Comitê de Investimentos;

VIII - a forma de aprovação das políticas de gestão, de investimento e de resgate, bem como das prestações de contas do fundo patrimonial, observadas as regras do art. 9º;

IX – a vedação de destinação de recursos a finalidade distinta da prevista no ato constitutivo e de outorga de garantias a terceiros sobre os bens que integram o fundo;

X – as regras de extinção do fundo patrimonial vinculado.

§ 1º A constituição de fundo patrimonial vinculado ocorre com o registro dos atos constitutivos perante o registro civil de pessoas jurídicas, e assumirá a forma de fundação nos termos da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, observadas as peculiaridades desta Lei.

§ 2º Deverão ser levados a registro a ata de reunião preliminar, o estatuto e os instrumentos que formalizaram as transferências para dotação inicial.

§ 3º Após o registro dos documentos relativos à constituição do fundo, os administradores deverão providenciar, nos trinta dias subsequentes,

a publicação da certidão da escritura no diário oficial e em jornal com circulação no local de sua sede, que deverá ser reproduzida no sítio eletrônico da instituidora e arquivada no competente registro civil de pessoa jurídica.

Art. 5º Ao Conselho de Administração cabe aprovar e dar publicidade às normas internas relativas à política de investimentos, às regras de utilização dos recursos e às normas administrativas, bem como aprovar e dar publicidade à prestação de contas e balanços do fundo patrimonial.

§ 1º O conselho previsto no caput será composto por, no mínimo, cinco membros, garantido assento ao dirigente máximo da instituição instituidora.

§ 2º As normas de que trata o § 1º serão públicas e amplamente divulgadas, devendo alinhar-se, no que couber, às regras dos fundos de investimentos existentes no mercado, quanto à proteção da rentabilidade, segurança e liquidez das aplicações, com vistas a assegurar a sustentabilidade econômica e financeira do fundo patrimonial ao longo de sua existência.

Art. 6º Ao Comitê de Investimentos cabe atuar como órgão consultivo na definição de regras sobre investimento financeiro, resgate e utilização dos recursos, bem como coordenar e supervisionar os responsáveis pela gestão do fundo patrimonial, de acordo com as normas internas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único - O conselho previsto no caput será composto por três membros, no mínimo, com notórios conhecimentos ou experiência nos mercados financeiros ou de capitais, indicados pelo Conselho de Administração.

Seção II

Da Gestão dos Recursos

Art. 7º Constituem recursos do fundo patrimonial a dotação inicial e as doações financeiras e de bens móveis e imóveis, inclusive rendimentos subsequentes, cuja utilização observará os instrumentos respectivos, especialmente, se houver, cláusulas relativas a termo, a condição e a encargo.

§ 1º As doações de qualquer natureza feitas aos fundos patrimoniais serão de natureza perpétua e irrevogáveis, sendo vedadas quaisquer retribuições de natureza financeira ou patrimonial aos doadores ou aos seus familiares até o terceiro grau.

§ 2º O patrimônio dos fundos de que trata o *caput* deverá ser mantido estritamente segregado, contábil, administrativa e financeiramente, do patrimônio das instituições a que se vinculam, para todos os fins.

§ 3º É vedada a transferência da titularidade de recursos da União e dos instituidores públicos para os fundos patrimoniais.

§ 4º Fica dispensada a apresentação de certidão negativa de débitos tributários, inclusive previdenciários, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, quando da alienação de imóveis integrantes do patrimônio do fundo patrimonial.

§ 5º No caso de bens imóveis ou de bens móveis não pecuniários, o fundo poderá utilizá-los em suas próprias atividades, aliená-los para a sua conversão em pecúnia a fim de facilitar os investimentos ou, se houver utilidade ao instituidor, transferir-lhe a propriedade.

§ 6º O fundo patrimonial não receberá doação de bem cujo instrumento contenha cláusula de inalienabilidade, ainda que o equivalente financeiro deva ser restituído a termo ou sob condição.

§ 7º A transferência de propriedade de que trata o § 1º depende de parecer favorável do Comitê de Investimento e aprovação, com votação unânime, dos membros do Conselho de Administração.

§ 8º O encargo sobre doação poderá consistir na obrigatoriedade do emprego do bem doado em determinado programa, projeto ou atividade.

§ 9º No caso de doação de bens não pecuniários a termo resolutivo, sob condição resolutiva ou com encargo, o fundo patrimonial poderá alienar o bem, caso em que o termo e a condição se sub-rogará no preço obtido.

§ 10º A utilização do valor principal de recursos provenientes de doações a termo, recebidas durante o próprio exercício, será admitida, se assim dispuserem os doadores e mediante deliberação favorável de todos os membros do órgão de administração máximo do fundo, respeitado o limite de vinte por cento dos recursos totais.

§ 11º Na hipótese da doação em bens, o doador e o donatário deverão considerar como valor dos bens doados, até o limite de seu valor de mercado:

I – para as pessoas físicas doadoras, o valor constante da última declaração do imposto sobre a renda;

II – para as pessoas jurídicas doadoras, o valor contábil dos bens.

Art. 8º A utilização dos recursos do fundo em programas, projetos e atividades de interesse da instituição apoiada será precedida da celebração de termo de aplicação de recursos entre esta e o fundo patrimonial, especificando o objeto do ajuste, o cronograma de desembolso, as

responsabilidades da instituição em gerenciar a execução do objeto e do fundo em prover os recursos para viabilizá-la.

Parágrafo único - A movimentação dos recursos do projeto previsto pelo termo de aplicação de recursos deverá ser realizada exclusivamente por meio eletrônico, mediante crédito em conta corrente de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços devidamente identificados.

Art. 9º Constituirão despesas dos fundos patrimoniais aquelas consideradas necessárias e usuais para a manutenção das atividades de gestão de investimentos, visando à consecução dos objetivos da instituidora, inclusive gastos com imobilização de recursos, gastos de custeio com material permanente e de consumo, aluguéis, auditoria, salários, taxas e honorários profissionais relativos à gestão.

§ 1º É vedada a utilização de recursos do fundo para remuneração de qualquer agente público que tenha vínculo com a instituidora, que integre o Conselho de Administração ou o Comitê de Investimentos, inclusive seus presidentes.

§ 2º É vedado ao fundo patrimonial vinculado instituir ou custear programas de benefícios assemelhados a programas de previdência a dirigentes e empregados da entidade apoiada.

Seção III

Das Obrigações e Práticas de Transparência

Art. 10º Os fundos patrimoniais vinculados deverão:

I – adotar as normas contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos de seu porte econômico, conforme fixado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis;

II – manter escrituração fiscal de acordo com as normas do Sistema Público de Escrituração Digital aplicáveis à sua natureza jurídica e porte econômico;

III - elaborar anualmente um relatório circunstanciado da gestão dos recursos e sua aplicação, disponibilizando-o em seu sítio na rede mundial de computadores.

Art. 11º As demonstrações financeiras anuais nos casos dos fundos com patrimônio líquido superior a cinco milhões de reais deverão ser submetidas a auditoria independente, sem prejuízo dos demais mecanismos de controle.

Art. 12º Em caso de dissolução e liquidação de fundo patrimonial, todos os ativos serão transferidos a outro fundo patrimonial com objetivos similares, ou na ausência desse, à instituidora, conforme deliberação unânime do Conselho de Administração do respectivo fundo.

§ 1º As regras sobre dissolução previstas no ato constitutivo, conforme o art. 4º, inciso IX, devem abranger:

I – as condições de utilização dos recursos do fundo para quitação de dívidas e demais despesas decorrentes do processo de extinção do fundo;

II – os critérios de transferências de ativos, que devem priorizar outro fundo de objetivo similar;

III - os procedimentos de apuração de responsabilidades e respectivo ônus dos membros do Conselho de Administração.

§ 2º A deliberação unânime do Conselho Administrador deve ser acompanhada de fundamentação sobre a impossibilidade de o fundo cumprir a finalidade para o qual foi criado, ato que deve ser tornado público.

CAPÍTULO II

DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

Art. 13º A partir do ano-calendário de 2021, o Poder Executivo federal facultará:

I - às pessoas jurídicas submetidas ao regime de tributação com base no lucro real o uso das deduções dispostas nos arts. 14 e 15 desta Lei; e

II - às pessoas físicas o uso das deduções dispostas nos arts. 16 e 17, observada a limitação percentual de que trata o art. 18, todos desta Lei.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput deste artigo à doação condicionada à restituição do principal ao doador, ainda que parcialmente.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O Poder Público facultará, às pessoas jurídicas submetidas ao regime de tributação com base no lucro real, o uso das deduções dispostas nos arts. 14 e 15 e, às pessoas físicas, o uso das deduções dispostas nos arts. 16 e 17, observada a limitação de que trata o art. 19, a partir do ano-calendário em que os arts. 14 a 17 e 19 iniciam os seus

efeitos, caso as doações sejam efetuadas a fundos patrimoniais instituídos nos termos desta Lei.

Art. 15. O inciso II do § 2º do art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.13... ..

§2º

.....

II - as efetuadas a fundos patrimoniais vinculados a instituições públicas de ensino superior, institutos federais de educação ou instituições científicas, tecnológicas e de inovação públicas de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, ou às instituições de ensino e pesquisa cuja criação tenha sido autorizada por lei federal e que preencham os requisitos dos incisos I e II do art. 213 da Constituição Federal, até o limite de um e meio por cento do lucro operacional, antes de computada a sua dedução e a de que trata o inciso III;

.....” (NR)

Art. 16. O inciso III do § 2º do art. 13 da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.13.....

.....

§2º

.....

III - as efetuadas a fundos patrimoniais vinculados a instituições públicas ligadas à cultura, a fundos patrimoniais vinculados a entidades civis ou diretamente a essas entidades, legalmente constituídas no Brasil, sem fins

lucrativos, que prestem serviços gratuitos em benefício de empregados da pessoa jurídica doadora, e respectivos dependentes, ou em benefício da comunidade onde atuem, até o limite de dois por cento do lucro operacional da pessoa jurídica, antes de computada a sua dedução, observadas as seguintes regras:

a) as doações, quando em dinheiro, serão feitas mediante crédito em conta corrente bancária diretamente em nome da entidade beneficiária ou do fundo patrimonial vinculado;

b) a pessoa jurídica doadora manterá em arquivo, à disposição da fiscalização, declaração, segundo modelo aprovado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, fornecida pela entidade beneficiária ou pelo fundo patrimonial vinculado, em que a entidade ou o fundo se comprometem a aplicar integralmente os recursos recebidos na realização de seus objetivos sociais, com identificação da pessoa física responsável pelo seu cumprimento, e a não distribuir lucros, associados, sob nenhuma forma ou pretexto;

c)” (NR)

Art. 17. O caput do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso IX:

“Art.12... ..”

IX – as doações feitas a fundos patrimoniais vinculados a instituições públicas de ensino superior, institutos federais de educação ou instituições científicas, tecnológicas e de inovação públicas de que trata a Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

.....” (NR)

Art. 18. O caput do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso X:

“Art.12.....

.....

X – as doações feitas a fundos patrimoniais vinculados a instituições públicas ligadas à cultura ou vinculados a associações ou fundações devidamente constituídas, sem fins lucrativos, que sejam enquadradas como organização da sociedade civil, conforme a Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3º e 16 da Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999, independentemente de certificação.

.....” (NR).

Art. 19. O art. 1º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º.....

Parágrafo único. Aplica-se o disposto nesta Lei às sociedades empresárias e às sociedades simples, personificadas ou não, independentemente da forma de organização ou modelo societário adotado, bem como a quaisquer fundações, associações de entidades ou pessoas, fundos patrimoniais vinculados, ou sociedades estrangeiras, que tenham sede, filial ou representação no território brasileiro, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente.” (NR)

Art. 20. O art. 22 da Lei nº 9.532, de 10 de dezembro 1997, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 22. A soma das deduções a que se referem os incisos I a III, IX e X do art. 12 da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, fica limitada a seis por cento do valor do imposto devido, não sendo aplicáveis limites específicos a quaisquer dessas deduções.” (NR)

Art. 21. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos:

I – a partir de 1º de janeiro de 2021, em relação aos arts. 14 a 17 e 19;

II – nessa data, em relação aos demais dispositivos dela constantes.

Sala da Comissão, em de de 2017.

Deputada SORAYA SANTOS

Relatora